

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 919.879 PERNAMBUCO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MARIA DO SOCORRO LEITE PINHEIRO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: WILSON DE NORÕES MILFONT NETO</b>

**DECISÃO**

**AFASTAMENTO DE INCIDÊNCIA DE  
NORMAS LEGAIS – AUSÊNCIA DE  
ENTENDIMENTO CONTRÁRIO À  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –  
MATÉRIA FÁTICA – INTERPRETAÇÃO  
DE NORMAS LEGAIS –  
INVIABILIDADE – NEGATIVA DE  
SEGUIMENTO.**

1. Em momento algum adotou-se entendimento sob o ângulo constitucional. O recurso padece da ausência do indispensável prequestionamento, no que o recorrente evoca o artigo 97 da Lei Fundamental. O tema concernente à competência para declarar inconstitucionalidade de lei não foi objeto de debate e decisão prévios. O Órgão julgador não adotou entendimento sobre a possibilidade de adentrar a matéria, desrespeitando o preceito citado, no que direciona a atuação do Tribunal Pleno ou do órgão especial que lhe faça as vezes. No particular, não se tem o que cotejar para concluir pelo enquadramento do extraordinário no permissivo da alínea “a” do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal. Nota-se, até mesmo, que a Corte de origem não incorreu em erro de procedimento. Descabe confundir declaração de

inconstitucionalidade de norma com simples interpretação da lei, à luz do caso concreto.

De resto, a recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência – a apelação. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pelo Tribunal de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula do Supremo:

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

As razões do extraordinário partem de pressupostos fáticos estranhos ao acórdão atacado, buscando-se, em síntese, o reexame dos elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar-se a viabilidade do recurso.

A par desse aspecto, descabe confundir a ausência de entrega aperfeiçoada da prestação jurisdicional com decisão contrária aos interesses defendidos. A violência ao devido processo legal não pode ser tomada como uma alavanca para alçar a este Tribunal conflito de interesses com solução na origem. A tentativa acaba por se fazer voltada à transformação do Supremo em mero revisor dos atos dos demais tribunais do País. Na espécie, o Colegiado de origem procedeu a julgamento fundamentado de forma consentânea com a ordem jurídica.

Acresce que o acórdão impugnado revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise matéria que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal. Este recurso somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria ser utilizado na

**RE 919879 / PE**

apreciação de processo da competência do Tribunal.

2. Nego seguimento a este extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator